



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PARA

# ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

## *ETAPA I*

NOME DO CANDIDATO (letra legível)

### **INSTRUÇÕES**

#### ➤ CADERNO DE PROVA

- Abra este caderno somente após a devida autorização para o início da prova.
- Coloque o seu nome no espaço acima destinado.
- Autorizado o início da prova, verifique se esta contém 56 questões.
- Este caderno somente poderá ser levado pelo candidato que concluir a prova após 4 horas do início da mesma. Caso contrário, o caderno será rasgado.

#### ➤ FOLHA DE RESPOSTAS

- Cada questão apresenta 5 itens, que podem estar todos certos, todos errados ou ainda um(ns) certo(s) e outro(s) errado(s).
- A não-marcação ou a duplicidade de marcação em um mesmo item acarretará erro.
- Para correção, considerar-se-á, exclusivamente, a folha de respostas.
- O tempo para preenchimento dessa folha está incluído no de duração da prova, que é de 5 horas.
- Em cada questão, preencha toda a área do círculo.
- É obrigatório o uso de caneta esferográfica com tinta preta.

#### ➤ CONCURSO

- Nos termos do Edital nº 2/98, será excluído o candidato que, dentre outros motivos, retirar-se do recinto, durante a realização da prova, sem prévia autorização, agir com descortesia para com os examinadores, dirigentes e auxiliares ou qualquer pessoa presente no local de realização do concurso ou lançar mão de meios ilícitos durante o processo de seleção.

MAIO/1998

## DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA

1. De acordo com a tradicional classificação de Musgrave, as atribuições econômicas governamentais, no campo das Finanças Públicas, enquadram-se em três grandes categorias: promover ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda, e manter a estabilidade econômica. Julgue as afirmações a seguir.
  - 1- A tributação é o mecanismo normalmente utilizado pelo governo para viabilizar a produção de bens públicos.
  - 2- Bens meritórios são aqueles que o governo é obrigado a produzir por falta de interesse do setor privado.
  - 3- O controle da demanda agregada pressupõe a intervenção no nível das despesas tanto do setor público quanto do setor privado.
  - 4- O chamado "efeito-concentração" no crescimento dos gastos públicos implica centralização das decisões e a execução direta das ações de governo nos níveis superiores da Administração.
  - 5- A participação do governo na economia se expandiu na maior parte deste século apoiado na convicção de que o sistema de mercado era inadequado para promover os ajustes necessários à regulação da atividade econômica.
2. Um parlamentar pretende apresentar projeto de lei (ordinária) estabelecendo destinação anual de recursos com finalidade específica. Avalie as informações que os assessores poderiam ter fornecido.
  - 1- Sendo a lei que viesse a ser aprovada da mesma hierarquia que a lei orçamentária anual, esta poderia dispor diferentemente.
  - 2- A despesa prevista só teria caráter compulsório na hipótese de referir-se a programa de duração continuada.
  - 3- O parlamentar deveria propor a alteração da lei de diretrizes orçamentárias para alcançar seu objetivo.
  - 4- Caberia incluir o dispositivo em questão na lei complementar sobre matéria orçamentária - Constituição Federal, art. 165, § 9º - para conferir-lhe efetividade e perenidade.
  - 5- O parlamentar poderia propor, anualmente, emenda ao projeto de lei orçamentária, para dar eficácia à sua pretensão.

3. Na tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional,
  - 1- os valores acrescidos por reestimativa da receita não poderão ser utilizados para aprovação de emendas.
  - 2- o parecer preliminar do Relator-Geral sugerirá o incorporação de reestimativas de receita, solicitando ao Poder Executivo o envio de nova proposta ao Congresso Nacional.
  - 3- a prerrogativa de apresentação de emendas ao parecer preliminar é restrita aos parlamentares que integram a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF.
  - 4- as propostas de modificação enviadas pelo Presidente da República não serão acatadas se recebidas após o início da votação do parecer preliminar na CMPOF.
  - 5- as emendas coletivas cabem às comissões permanentes e às bancadas estaduais e regionais.
4. A respeito da competência de cada Poder, no tocante aos orçamentos anuais pode-se dizer, com base na Constituição, na legislação complementar e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que
  - 1- os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União têm a prerrogativa de elaborar suas próprias propostas, em consonância com a LDO.
  - 2- a iniciativa é privativa do Presidente da República, mas a competência para aprovar, emendar ou rejeitar é exclusiva do Congresso Nacional.
  - 3- a sessão legislativa pode ser encerrada mesmo com a não-aprovação do projeto de lei orçamentária.
  - 4- o fato de as propostas serem encaminhadas ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo implica a prerrogativa deste Poder em promover cortes e remanejamentos segundo sua própria ótica.
  - 5- O veto total ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional é inviável, pois ao Poder Legislativo é restrita a prerrogativa de emendar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

<p>5. Diversas são as metodologias de elaboração orçamentária. A propósito do assunto, julgue as afirmações a seguir.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- No orçamento base-zero ou por estratégia faz-se um questionamento dos gastos que vêm sendo efetuados, definindo-se prioridades e selecionando-se alternativas em função dos níveis de atendimento das necessidades.</li> <li>2- O orçamento-programa relaciona as fontes de recursos com os objetivos a serem alcançados, através da programação governamental.</li> <li>3- O orçamento tradicional está essencialmente associado a um modelo de Estado intervencionista, priorizando o enfoque econômico em lugar do jurídico.</li> <li>4- O incrementalismo se apóia em bases eminentemente retrospectivas e tende a ser mais intensamente adotado em períodos inflacionários.</li> <li>5- A característica essencial do orçamento participativo é a substituição do Poder Legislativo pela representação popular direta no processo de discussão formal da proposta orçamentária.</li> </ol>	<p>7. Julgue as afirmações a seguir, relativas à receita pública.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- As privatizações geram a chamada receita patrimonial, e constituem alternativa ao aumento do endividamento.</li> <li>2- As receitas de transferências de capital não exigem contraprestação, mas estão vinculadas à realização de despesas correntes e de capital.</li> <li>3- O excesso de vinculações das receitas e de despesa incompreensíveis compromete a margem de dotações que podem ser livremente programadas no orçamento.</li> <li>4- A receita tributária constitui o principal componente das receitas correntes da União, seguindo-se a receita de contribuições, e essa diferença vem aumentando.</li> <li>5- O orçamento de investimento das estatais é financiado, em sua maior parte, com recursos próprios das empresas e através de endividamento, pois as mesmas não podem receber recursos à conta do orçamento fiscal.</li> </ol>
<p>6. O Parecer sobre o Projeto de Lei que resultou no orçamento para 1998 esclareceu uma série de questões metodológicas que envolvem o cálculo do déficit e das necessidades de financiamento do setor público - NFSP. Julgue as afirmativas a seguir.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- A inclusão da estimativa de juros líquidos no conceito das NFSP - que corresponde aproximadamente ao déficit operacional - é o preferido pelos economistas e instituições internacionais, porque demonstra com mais precisão a pressão que o setor público não-financeiro exerce sobre o crédito.</li> <li>2- Para efeito de cálculo das NFSP, a estimativa dos juros líquidos pelo regime de competência é incompatível com o critério adotado pela Contabilidade Pública para a realização da despesa.</li> <li>3- A não-inclusão das receitas de operações de crédito e das despesas de amortização da dívida no cálculo das NFSP tem o efeito de "enxugar" o orçamento, dele deduzindo os valores referentes à mera "rolagem" da dívida.</li> <li>4- O resultado primário permite verificar se as gerações presentes estão absorvendo os déficits das gerações passadas ou transferindo-o para as gerações futuras.</li> <li>5- O resultado nominal é diretamente influenciado pelos índices inflacionários vigentes.</li> </ol>	<p>8. No tocante às estimativas de receitas e de suas renúncias, a lei de diretrizes orçamentárias estabelece várias disposições disciplinadoras.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- A concessão de isenção ou redução de tributo exige estimativa de renúncia da receita correspondente; a ampliação de benefícios, não.</li> <li>2- A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é a responsável pela elaboração dos demonstrativos com vistas a estimar o efeito regionalizado das renúncias de receitas.</li> <li>3- A inexistência de estimativa de renúncia da receita em virtude da concessão de benefícios não é suprida pela previsão de vigência, em exercício futuro, da norma concedente.</li> <li>4- A entrada em vigor da lei que conceder benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia está condicionada ao prévio cancelamento de despesas em montante igual ao da renúncia estimada.</li> <li>5- O orçamento poderá conter programação de despesas condicionadas à aprovação de alterações na legislação tributária em tramitação no Congresso Nacional.</li> </ol>

<p><b>9.</b> Com relação ao funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOF, pode-se dizer que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- O parecer preliminar ao projeto de lei orçamentária poderá receber emendas de quaisquer senadores e deputados federais, inclusive para correção de erros ou omissões nas estimativas de receita.</li> <li>2- As bancadas regionais poderão apresentar até cinco emendas ao projeto de lei orçamentária anual, desde que contem com a maioria dos votos dos parlamentares federais de cada unidade federativa abrangida pela respectiva região.</li> <li>3- A incorporação de propostas de alteração dos pareceres setoriais ao projeto de lei orçamentária anual requerem a aprovação da maioria absoluta dos membros integrantes da respectiva subcomissão temática.</li> <li>4- O parecer preliminar ao projeto de lei orçamentária anual conterá avaliação sobre o cumprimento da função dos orçamentos fiscal e de investimentos das estatais de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.</li> <li>5- É permitida a aprovação de emendas que incluam valores aos projetos de lei de créditos adicionais, condicionada à indicação de recursos provenientes de anulação de despesa.</li> </ol>	<p><b>11.</b> Na estrutura brasileira, as diversas esferas da Administração Pública têm definidas suas prerrogativas e responsabilidades. Julgue as afirmações a seguir.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Os Municípios que não têm Tribunais ou Conselhos de Contas próprios, estão sujeitos à fiscalização pelo Tribunal de Contas do respectivo Estado.</li> <li>2- Compete constitucionalmente à União manter as polícias e corpo de bombeiros, e a educação e saúde do Distrito Federal.</li> <li>3- É de competência privativa da União legislar sobre direito financeiro e econômico.</li> <li>4- Os Estados têm competência para legislar supletivamente sobre licitações e contratos, mesmo existindo normas gerais.</li> <li>5- A União intervirá no Estado que não entregar a seus Municípios as receitas tributárias sujeitas a partilha constitucional.</li> </ol>
<p><b>10.</b> Com relação à execução do orçamento anual, pode-se dizer que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Na hipótese em que o Poder Executivo não encaminhasse a proposta orçamentária ao Congresso Nacional, a este restaria a responsabilidade por sua elaboração e aprovação.</li> <li>2- A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 1998 autorizou a execução das despesas propostas no projeto de lei orçamentária, até sua sanção, à base de duodécimos mensais de cada dotação.</li> <li>3- A LDO deverá estar aprovada antes da interrupção de cada sessão legislativa, mas não há impedimento expresso, na legislação vigente, a que a referida lei seja alterada, mesmo durante o exercício de execução do orçamento correspondente.</li> <li>4- No caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá, por meio de Medida Provisória, abrir créditos adicionais.</li> <li>5- A execução de investimentos plurianuais não incluídos no plano plurianual está condicionada, em cada ano, à sua inclusão na respectiva lei de diretrizes orçamentárias.</li> </ol>	<p><b>12.</b> Até a metade do exercício financeiro (12 meses), para um orçamento de \$ 360 U.M. (unidades monetárias), tinham sido arrecadadas \$ 240 U.M., realizadas \$ 160 U.M. de despesas e pagas \$ 150 U.M. Previu-se, no início do exercício, que a receita seria arrecadada e a despesa, devida uniformemente. No balanço patrimonial do exercício anterior, verificou-se um déficit financeiro de \$ 18 U.M. \$ 36 U.M. são passíveis de anulação. Julgue as afirmações a seguir.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- O excesso de arrecadação verificado até a metade do exercício financeiro é de \$ 80 U.M.</li> <li>2- A variação entre os saldos inicial e final do balanço financeiro é de \$ 90 U.M.</li> <li>3- Mantendo-se a tendência da arrecadação no exercício, é possível a abertura de créditos suplementares e especiais até \$ 156 U.M.</li> <li>4- Se os recursos existentes forem utilizados para abertura de crédito suplementar, mesmo com acréscimo do montante inicial do orçamento não haverá necessidade de autorização do Poder Legislativo.</li> <li>5- O superávit orçamentário do exercício é, até o momento, de \$ 10 U.M.</li> </ol>

13. Enormes discussões emergem do caráter autorizativo ou demonstrativo do orçamento. Neste sentido, julgue as afirmações a seguir.

- 1- O Poder Executivo, por não ter compromisso estrito com a execução do orçamento, estipula contingenciamentos de dotações e ainda utiliza a programação financeira segundo sua ótica preferencial.
- 2- A autorização conferida ao Poder Executivo para a execução do orçamento significa que pode realizar programação de trabalho distinta da aprovada, observando os limites estabelecidos.
- 3- Por ser a receita estimada, sua arrecadação pode frustrar-se, o que - mantidas as despesas inicialmente fixadas - acarretaria um déficit orçamentário.
- 4- Segundo o princípio da flexibilidade, a execução orçamentária não pode ser rígida, pois as estimativas estão sujeitas a erros e as necessidades futuras podem variar devido às condições econômicas e às circunstâncias em que se desenvolvem as ações.
- 5- A anulação parcial de dotações orçamentárias depende de autorização específica do Poder Legislativo.

14. É complexa a relação entre déficit e dívida pública, e seus efeitos. Julgue as afirmações a seguir.

- 1- No caso de déficit público, como alternativa para o endividamento, o governo pode elevar tributos, emitir moeda ou alienar ativo.
- 2- Sendo voluntária a compra de títulos governamentais, a disponibilidade de fundos para a compra de títulos provados diminui, sendo idênticos os efeitos alocativos da utilização dos recursos em investimento ou custeio do governo.
- 3- Do ponto de vista distributivo, a dívida gera um ônus efetivo quando não há correspondência entre os encargos financeiros e os benefícios reais, isto é, quando a contribuição dos cidadãos é maior que os serviços ofertados pelo governo com a utilização dos recursos que foram financiados.
- 4- Na administração da dívida, o procedimento indicado no financiamento da dívida é a colocação de títulos de longo prazo quando a taxa de juros de mercado encontra-se alta, e o da colocação de títulos de curto prazo quando a taxa de juros de mercado encontra-se baixa.
- 5- A massa da dívida a administrar não está condicionada ao potencial arrecadador do devedor, pois relevante é o perfil da dívida, isto é, seus prazos de vencimento.

15. Apesar do relativo descrédito atribuído ao planejamento em tempos recentes, não seria razoável imaginar-se um Estado que ignorasse sua necessidade. Julgue as afirmações a seguir.

- 1- O fato de, pela Constituição Federal, o planejamento ser indicativo para o setor privado, é compatível com o princípio do livre exercício de qualquer atividade econômica.
- 2- Planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento são matérias de competência do Congresso Nacional, sujeitas a sanção do Presidente da República, e de iniciativa tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo.
- 3- A política orçamentária, como um desdobramento da política fiscal, trata da aplicação dos recursos, condicionada ao dimensionamento e natureza das atribuições do Poder Público, e à capacidade e disposição da população para o seu financiamento.
- 4- A integração do orçamento ao planejamento pressupõe que o orçamento seja cada vez menos um meio para se atingirem objetivos, e cada vez mais um fim por si só, independentemente da existência de objetivos claros e determinados.
- 5- A esfera municipal se incorpora à concepção abrangente do planejamento, com a obrigatoriedade dos planos diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes, ainda que mais voltados para aspectos físico-urbanísticos.

16. Com base nos dados do balanço orçamentário abaixo, julgue as afirmações a seguir.

RECEITAS CORRENTES	\$	DESPESAS CORRENTES	\$
Receita Tributária	130	Pessoal e Encargos Sociais	80
Receita de Contribuições	90	Juros e Encargos da Dívida	60
Demais receitas correntes	30	Demais Despesas Correntes	40
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>TOTAL</b>	<b>180</b>
RECEITAS DE CAPITAL	\$	DESPESAS DE CAPITAL	\$
Operações de Crédito	120	Investimentos	20
Alienação de Bens	30	Amortização da Dívida	110
Demais Receitas de Capital	20	Demais Despesas de Capital	10
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>TOTAL</b>	<b>140</b>

- 1- Houve superávit corrente de \$ 70 e déficit de capital de \$ 30.
- 2- O endividamento adicional, além de financiar a rolagem da dívida, capitaliza parte de seus juros e encargos.
- 3- As operações de crédito excedem as despesas de capital, contrariando dispositivo constitucional.
- 4- Supondo-se que as despesas realizadas tenham correspondido exatamente às autorizadas, pode-se dizer, "a priori", que a "margem livre" para realocação de dotações estava limitada a \$ 70.
- 5- Tomando-se por base o nível de desdobramento adotado na discriminação dos valores, pode-se dizer que as receitas derivadas totalizam \$ 130.

**17.** O Orçamento Público brasileiro, como era natural, teve dificuldades para ser implementado. Os fatos mais relevantes relativos ao seu surgimento estão intimamente ligados

- 1- ao período colonial, caracterizado pelo descontentamento dos inconfidentes mineiros em face das disposições tributárias emanadas de Portugal.
- 2- à vinda de D. João VI para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos.
- 3- à Constituição Imperial de 1824, onde surgem as primeiras exigências no sentido da elaboração de orçamentos formais por parte das instituições imperiais.
- 4- ao Decreto Legislativo de 15/12/1830, que teria aprovado o primeiro orçamento brasileiro, fixando a despesa e orçando a receita das antigas províncias, para o exercício de 1831.
- 5- à Constituição de 1891, que seguiu à Proclamação da República.

**18.** O dispositivo legal que instituiu o orçamento no Brasil determina que competia

- 1- aos governadores, a elaboração dos orçamentos de seus respectivos estados, os quais seriam posteriormente consolidados pela Secretaria do Tesouro, referendados pelo Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados.
- 2- ao Executivo a elaboração da proposta orçamentária.
- 3- à Câmara dos Deputados e Senado a aprovação da lei orçamentária.
- 4- ao Ministro de Estado da Fazenda a consolidação dos orçamentos dos outros ministérios, o qual, posteriormente, seria enviado à Câmara dos Deputados.
- 5- à Câmara dos Deputados a iniciativa das leis sobre impostos.

**19.** O princípio do orçamento bruto pretende:

- 1- utilizar as rubricas de receitas e de despesas pelos seus valores sem compensação, sem deduções.
- 2- incluir no orçamento todas as receitas e todas as despesas do Estado.
- 3- determinar que nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a um gasto específico.
- 4- determinar que as receitas e as despesas apareçam no orçamento de maneira discriminada a fim de que se possa conhecer a origem e a aplicação dos recursos.
- 5- impedir a inclusão no orçamento de importâncias líquidas, isto é, a inclusão apenas do saldo positivo ou negativo resultante do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

**20.** Caracteriza-se como receita extra-orçamentária:

- 1- um valor que não constitui renda do Estado, o qual é apenas seu depositário.
- 2- os salários não reclamados e outras obrigações líquidas e certas, inscritas em restos a pagar e com prescrição administrativa.
- 3- as cauções, as fianças e os depósitos efetuados em títulos, apólices ou valores que não a moeda nacional.
- 4- aquela que não integra o orçamento público.
- 5- as operações de crédito por antecipação de receita.

**21.** Caracteriza-se como receita corrente:

- 1- Receita de Serviços e Operações de Crédito.
- 2- Receita Patrimonial e de Contribuições.
- 3- Permuta de Bens e Receita Industrial.
- 4- Amortização de Empréstimos e Receita Agropecuária.
- 5- Receitas Tributária e Industrial.

**22.** Segundo categorias econômicas, as receitas são classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Consideram-se Receitas Correntes:

- 1- as que representam meramente um fato permutativo, quando associadas à Contabilidade Empresarial.
- 2- as que representam meramente um fato modificativo, quando associadas à Contabilidade Empresarial.
- 3- o ingresso correspondente ao valor da alienação de um bem.
- 4- as que representam um aumento do ativo sem redução concomitante do mesmo, ou sem aumento do passivo.
- 5- as oriundas do superávit do Orçamento Corrente.

**23.** São consideradas fontes das Receitas de Capital:

- 1- Receita Patrimonial e Operações de Crédito.
- 2- Receita Industrial e Amortização de Empréstimos.
- 3- Operações de Crédito e Alienação de Bens.
- 4- Receita de Contribuições e Transferências de Capital.
- 5- Superávit do Orçamento Corrente e conversão em espécie, de bens e direitos.

<p><b>24.</b> É classificada como subvenção econômica a despesa destinada a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- cobertura de déficits de manutenção das empresas públicas expressamente incluídas nas Despesas Correntes do Orçamento Público da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal.</li> <li>2- empresa agrícola, industrial ou comercial, mediante expressa autorização em legislação especial.</li> <li>3- entidade sem fins lucrativos, para atender a ônus ou encargo assumido pela União, mediante expressa autorização em legislação especial.</li> <li>4- cobertura da diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou de outros materiais.</li> <li>5- cobrir déficit de manutenção de empresas privadas concessionárias de serviços públicos.</li> </ol>	<p><b>27.</b> Consideram-se recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las</li> <li>2- os recursos alocados na lei de orçamento, para pagamento de precatórios judiciais, desde que as dotações para esse fim consignadas constituam subatividades específicas nas programações a cargo de unidades administrativas.</li> <li>3- o superávit financeiro apurado no balanço orçamentário do exercício anterior.</li> <li>4- o produto das operações de crédito a curto e a longo prazo autorizadas pelo Poder Executivo.</li> <li>5- o saldo das diferenças acumuladas mês a mês, quando a receita prevista for maior do que a receita arrecadada.</li> </ol>
<p><b>25.</b> Constituem características dos orçamentos tradicionais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- ter como função principal a de possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre os do Executivo.</li> <li>2- propiciar melhor distribuição das despesas públicas, evitando aumentos na carga tributária.</li> <li>3- colocar-se a serviço da concepção do Estado Liberal, preocupado em manter o equilíbrio financeiro e evitar, ao máximo, a expansão dos gastos.</li> <li>4- o aspecto econômico do orçamento suplanta os aspectos políticos e jurídicos.</li> <li>5- a ampliação dos serviços públicos ficava à mercê da existência de saldo positivo entre a receita e a despesa.</li> </ol>	<p><b>28.</b> Com relação aos créditos extraordinários é correto afirmar que</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Os créditos extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.</li> <li>2- O Presidente da República, em casos de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, para abertura de créditos extraordinários.</li> <li>3- No caso de o Presidente da República utilizar-se de medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário, elas perderão eficácia desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir da publicação.</li> <li>4- Normalmente, a lei orçamentária já autoriza o Poder Executivo a abrir créditos extraordinários até determinado limite.</li> <li>5- No caso de o Presidente da República utilizar-se de medidas provisórias para abertura de créditos extraordinários, elas deverão ser submetidas dentro de quinze dias ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para reunir-se no prazo de sete dias.</li> </ol>
<p><b>26.</b> Indique as proposições abaixo relativas ao orçamento-programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- A concepção básica do orçamento-programa teve origem na experiência bem sucedida da implantação do "program budgeting", por Robert McNamara, Secretário da Defesa americana, em 1965.</li> <li>2- Enquanto no orçamento tradicional a alocação de recursos visa à aquisição de meios, no orçamento-programa a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.</li> <li>3- Genericamente, o elemento básico da estrutura do orçamento-programa é o nível máximo de classificação do trabalho executado por uma unidade administrativa de nível superior no desempenho das funções que lhe são atribuídas.</li> <li>4- O orçamento tradicional restringe os gastos ao montante da receita estimada, enquanto que o orçamento-programa tem como prioridade o atingimento das metas governamentais.</li> <li>5- No orçamento-programa as metas governamentais são classificadas em projetos e atividades.</li> </ol>	

29. Com relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que:

- 1- os créditos adicionais não aumentam, nem diminuem a despesa pública do exercício, já fixada no orçamento.
- 2- a fim de não prejudicar o equilíbrio do orçamento em execução a lei determina que cada solicitação de crédito adicional será acompanhada da indicação de recursos hábeis.
- 3- Normalmente, a própria lei orçamentária autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares e especiais até determinado limite.
- 4- a Constituição de 1988 veda a abertura de créditos adicionais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- 5- os créditos adicionais são contabilizados de modo adequado em contas orçamentárias e financeiras, tanto na Contabilidade Analítica, como na Contabilidade Sintética.

30. O empenho da despesa pode ser efetuado sob três modalidades: ordinário, global e por estimativa. Sobre o assunto, pode-se afirmar corretamente:

- 1- Quando o montante da despesa a ser paga for previamente conhecido, mas os pagamentos devam ocorrer parceladamente, o empenho será por estimativa.
- 2- No caso de anulação de um empenho seja ele de qualquer modalidade, o valor anulado reverterá à dotação correspondente.
- 3- Quando o montante da despesa a ser paga for previamente conhecido e deva ocorrer de uma única vez, o empenho será global.
- 4- O empenho por estimativa reduz, como as demais modalidades de empenho, a dotação.
- 5- Em consonância com a definição de empenho do art. 54 da Lei nº 4.320/64, "é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", os valores empenhados não poderão exceder o limite dos créditos concedidos, na dotação própria.

### ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

31. Segundo a teoria econômica, o setor público exerce algumas funções básicas, podendo-se afirmar:

- 1- o setor público exerce as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.
- 2- a função distributiva tem como objetivo reduzir o consumo das classes altas priorizando o investimento.
- 3- políticas fiscais e monetárias são instrumentos para o desempenho da função estabilizadora.
- 4- a função alocativa tem como um dos objetivos a ampliação da oferta de bens públicos.
- 5- políticas tributárias podem ser utilizadas como instrumentos da função distributiva.

32. O aumento de um imposto sobre a venda de um produto tende a ser pago

- 1- pelo comprador se a demanda for infinitamente elástica ao preço.
- 2- pelo vendedor se a oferta for totalmente inelástica ao preço.
- 3- pelo comprador se tanto a oferta como a demanda tiverem elasticidade preço igual à unidade.
- 4- na maior parte pelo comprador se a elasticidade preço da oferta for maior que a elasticidade preço da demanda.
- 5- pelo vendedor se a elasticidade preço da demanda for infinita.

33. A colocação de um imposto sobre a venda de um bem provoca

- 1- maior queda na quantidade quanto maior for a elasticidade preço da demanda.
- 2- maior queda na quantidade quanto menor for a elasticidade preço da oferta.
- 3- maior subida de preços quanto menor for a elasticidade preço da demanda.
- 4- menor subida de preço quanto menor for a elasticidade preço da oferta.
- 5- menor queda na quantidade quanto menor a elasticidade preço da oferta.

34. Em uma estrutura tributária em que a maior parte dos impostos é função da renda

- 1- existe um controle automático da demanda agregada.
- 2- existe uma tendência para o aumento do efeito multiplicador dos gastos.
- 3- tal estrutura cria incentivos ao investimento.
- 4- tal estrutura gera uma progressividade nos impostos.
- 5- a receita do governo varia com as variações da renda.

35. Uma política fiscal expansiva tem maior efeito

- 1- quanto maior a elasticidade juros da demanda monetária.
- 2- quanto menor a elasticidade juros dos investimentos.
- 3- quanto maior a elasticidade juros do consumo.
- 4- quanto menor a elasticidade juros da demanda de moeda.
- 5- quanto menor a elasticidade juros da oferta de moeda.

**36.** A curva de Laffer mostra que

- 1- as receitas governamentais crescem com a taxa de juros até um certo limite.
- 2- as receitas tributárias crescem à medida que as alíquotas marginais dos impostos crescem, atingem um certo limite máximo, declinando a seguir com novos aumentos nas alíquotas marginais.
- 3- as receitas tributárias aumentam sempre que houver aumento das alíquotas dos impostos.
- 4- as receitas governamentais se elevam com a elevação da taxa de câmbio.
- 5- os investimentos se elevam com a elevação das taxas de juros.

**37.** Um imposto de renda será progressivo se sua elasticidade renda for:

- 1-  $<1$
- 2-  $=0$
- 3-  $>1$
- 4-  $>0$
- 5-  $=1$

**38.** Com relação ao déficit de governo:

- 1- déficit nominal é o excesso de despesas correntes sobre as receitas correntes acrescidos dos juros das dívidas interna e externa.
- 2- déficit operacional desconsidera a correção monetária sobre as dívidas.
- 3- o financiamento do déficit pode ser feito pelo aumento da base monetária, aumento das dívidas reais e imposto inflacionário.
- 4- o imposto inflacionário é resultante da perda de poder aquisitivo dos meios de pagamentos retidos pelo público.
- 5- o déficit primário é o déficit operacional desconsiderando-se os juros das dívidas.

**39.** Com relação ao princípio da capacidade para pagar:

- 1- pessoas com idênticas capacidades contribuem com idênticos montantes.
- 2- pessoas com diferentes capacidades contribuem com montantes diferentes.
- 3- tanto o sistema proporcional como o progressivo atendem esse princípio.
- 4- pessoas que se beneficiam mais com as atividades do governo devem pagar mais.
- 5- admite que a utilidade marginal da renda é declinante.

**40.** Um imposto proporcional sobre o consumo será

- 1- proporcional em relação à renda se o consumo for uma proporção fixa da mesma.
- 2- regressivo se o consumo for uma proporção declinante da renda.
- 3- progressivo se o consumo for uma proporção crescente da renda.
- 4- proporcional se o consumo for uma proporção decrescente da renda.
- 5- regressivo se o consumo for uma proporção fixa da renda.

**41.** Sendo a função consumo de um país igual a  $C = 20 + 0.8Y_d$  onde  $C$  = consumo  $Y_d$  = renda disponível. Uma estrutura tributária com um imposto de renda com alíquota única de 20% e com um imposto de consumo de 5% com o consumo em proporção decrescente da renda implica

- 1- tal estrutura é proporcional.
- 2- tal estrutura é progressiva.
- 3- cidadãos mais pobres pagam menos proporcionalmente que cidadãos mais ricos.
- 4- a estrutura é regressiva.
- 5- é necessário conhecer-se o nível de poupança para determinar-se a progressividade da estrutura.

**42.** Com relação ao imposto sobre valor adicionado

- 1- é um imposto tipicamente direto.
- 2- obedece automaticamente o princípio do destino.
- 3- incentiva o investimento em sua versão tipo produto.
- 4- equivale a um imposto sobre vendas finais de bens de consumo em sua versão tipo consumo.
- 5- tem caráter auto fiscalizador em seu método de débitos fiscais.

**43.** A elasticidade renda de um sistema tributário que cresceu 30% em uma economia cujo PIB cresceu 20% é de

- 1- 1,5
- 2- 3,0
- 3- 1,2
- 4- 1,0
- 5- 0,7

44. O impacto de uma política monetária expansionista que aumente a base monetária sobre os meios de pagamentos, será

- 1- maior quanto maior for a relação encaixe/depósitos a vista nos bancos.
- 2- maior quanto menor for a relação encaixe/depósitos a vista nos bancos.
- 3- menor quanto menor for a proporção de meios de pagamentos mantidos sob a forma de depósitos a vista nos bancos.
- 4- maior quanto maior for a taxa de juros do mercado de capitais.
- 5- maior quanto maior for a taxa de depósitos compulsórios no Banco Central.

45. Com relação à política tributária:

- 1- cortar impostos diretos aumentam a demanda mas pressionam preços para cima.
- 2- cortar impostos indiretos aumentam a demanda pela queda de preços.
- 3- aumentos de impostos indiretos geram reduções na demanda e aumento nos preços.
- 4- aumentos de impostos diretos geram aumentos de preços e aumento da demanda.
- 5- aumentos de impostos indiretos geram queda nos preços e aumento de demanda.

46. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é

- 1- um imposto tipicamente direto.
- 2- um imposto não neutro sob o ponto de vista alocativo.
- 3- um imposto proporcional em relação às rendas dos contribuintes.
- 4- preenche o princípio da equidade vertical.
- 5- é considerado um imposto indireto.

47. Existe criação de meios de pagamento quando:

- 1- uma empresa desconta uma duplicata em um banco e recebe um depósito a vista.
- 2- um banco compra títulos da dívida pública em poder do público.
- 3- um banco aumenta seu capital vendendo ações ao público.
- 4- um banco compra cambiais de um exportador.
- 5- o governo paga seus funcionários sacando sobre seus depósitos nas autoridades monetárias.

48. O teorema do orçamento equilibrado afirma que

- 1- o equilíbrio entre gastos e receitas geram efeitos recessivos na economia.
- 2- o equilíbrio entre gastos e receitas não geram efeito nenhum.
- 3- o equilíbrio entre gastos e receitas geram efeitos expansionistas.
- 4- aumentos de gastos cobertos por aumentos de arrecadação produzem expansão da demanda agregada.
- 5- aumentos de gastos cobertos por aumentos da receita não geram efeitos sobre a demanda agregada.

#### RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO E NOÇÕES DE INFORMÁTICA

49. Considere a soma dos  $n$  primeiros números inteiros positivos, que será denotada  $S_n$ . Por exemplo,  $S_7 = 1+2+3+4+5+6+7 = 28$ . Assim,  $S_n = 1+2+\dots+n$ .

- 1- Se  $n$  for ímpar, então  $S_n$  é par.
- 2- Se  $n$  for par, então  $S_n$  é par.
- 3- Se  $n$  é múltiplo de 4, então  $S_n$  é par.
- 4- Se  $S_n$  é par, então  $n$  é múltiplo de 4.
- 5- Se  $n$  é múltiplo de 6, então  $S_n$  é par.

50. Considere a sentença  $S$ : "Quando os juros sobem, a inflação baixa."

- 1- A negação lógica de  $S$  é "Quando os juros não sobem, a inflação baixa."
- 2- Se  $S$  é verdadeira, sempre é verdade que "Quando os juros não sobem, a inflação não baixa."
- 3- Se  $S$  é verdadeira, sempre é verdade que "Quando a inflação não baixa, os juros não sobem."
- 4- Se  $S$  é falsa, sempre é verdade que "Os juros sobem e a inflação não baixa."
- 5- Se  $S$  é falsa, sempre é verdade que "Os juros não sobem e a inflação baixa."

51. Considere uma urna com 10 bolinhas praticamente iguais, numeradas de 0 a 9. Uma bolinha é sorteada e recolocada na urna. Isso é feito três vezes, obtendo-se um número inteiro determinado pelos algarismos das bolinhas na ordem em que foram sorteadas.

- 1- Um dos números obtidos pode ser 9.
- 2- É menos provável obter 333 que 452.
- 3- É mais provável obter um múltiplo de 3 que um múltiplo de 9.
- 4- A probabilidade de se obter 351 é 0,001.
- 5- A probabilidade de se obter um número maior que 99 é 0,9.

**52.** Um comerciante compra um artigo por um preço  $c$  e o revende por um preço  $v$ , sobre o qual se paga um imposto de 12%. Ele fixa o preço  $v$  de modo a ter um lucro de 20% sobre  $c$ .

- 1- O valor do lucro pode ser obtido multiplicando-se  $c$  por 0,2.
- 2- Se o valor do imposto for R\$ 18,00 então o preço  $v$  é R\$ 150,00.
- 3- Se o valor do imposto for R\$ 18,00 então o preço  $c$  é R\$ 120,00.
- 4-  $c$  é aproximadamente igual a 88% de  $v$ .
- 5-  $v$  é aproximadamente igual a 136% de  $c$ .

**53.** São dadas as seguintes condições:

- 3 passos do filho têm mesmo comprimento que 2 passos do pai;
  - enquanto o filho dá 4 passos, o pai dá 5;
  - pai e filho caminham na mesma direção e sentido, mas o filho partiu antes e já deu 105 passos.
- 1- Se 12 passos do pai cobrem 20m, então 18 passos do filho também cobrem 20m.
  - 2- Enquanto o pai dá 60 passos, o filho dá 75.
  - 3- No mesmo intervalo de tempo em que o filho dá 3 passos, o pai dá 2 passos.
  - 4- Quando o pai alcançar o filho, este terá dado 225 passos no total.
  - 5- Para alcançar seu filho, o pai dará 80 passos.

**54.** Os trabalhos realizados sob o sistema operacional Windows 95 podem ser armazenados em pasta, de maneira a simular as pastas utilizadas nos escritórios ou na própria casa:

- 1- As pastas podem conter arquivos, programas e, inclusive, outras pastas.
- 2- Pode-se visualizar todos os arquivos e pastas contidas no computador através de "Meu Computador".
- 3- Dentro de "Meu Computador" pode-se ver somente uma lista de todas as unidades de disco do computador.
- 4- Os arquivos e as pastas contidas numa unidade de disco podem ser visualizados quando essa unidade for aberta.
- 5- O conteúdo de um arquivo pode ser visto clicando-se, com o botão esquerdo do mouse, duas vezes no ícone que representa o arquivo.

**55.** Uma pasta de trabalho, no MS-Excel, é um arquivo em que se trabalha e armazena dados. Visto que cada pasta de trabalho pode conter várias planilhas, pode-se organizar diversos tipos de informações relacionadas em um único arquivo:

- 1- Planilha é o principal documento usado para armazenar e manipular dados através de células organizadas em colunas e linhas.
- 2- Módulo é uma planilha da pasta de trabalho na qual se está trabalhando num determinado momento.
- 3- Folha de Gráfico é uma planilha da pasta de trabalho que contém um gráfico.
- 4- As Folhas de Gráfico são vinculadas aos dados da planilha e são atualizadas quando esses dados mudam.
- 5- Planilha ativa na pasta de trabalho é aquela que contém um conjunto de instruções para realizar tarefas específicas.

**56.** Um arquivo de banco de dados poderá conter tabelas, consultas, formulários, relatórios, macros e módulos. O MS-Access pode criar e executar os seguintes tipos de consultas:

- 1- As "consultas seleção" que fazem perguntas sobre os dados armazenados nas tabelas e fornecem um dynaset que contém o resultado da consulta sem alterar os dados.
- 2- As "consultas ação" que alteraram ou movem os dados das tabelas, por exemplo: consulta de atualização.
- 3- As "consultas tabela de referência cruzada" que calculam os totais de resumo baseados nos valores para cada linha e coluna.
- 4- As "consultas parâmetros" que aumentam a flexibilidade de outras consultas emitindo um aviso para que se forneçam certos critérios sempre que a consulta for executada.
- 5- As "consultas SQL específicas" que podem ser criadas apenas escrevendo instruções SQL no modo SQL, por exemplo: consulta união.